

O EMPRESARIADO MOÇAMBICANO: Linhas para Interpretação da Gênese do Novo Empresariado em Moçambique

TOMÉ MIRANDA MALOA

Mestrando em História Econômica – USP

RESUMO – O objetivo deste artigo é apresentação de algumas linhas contribuintes para a interpretação do perfil do “novo” empresariado moçambicano. Um empresariado contextualizado apartar da sua inexistência no mundo empresarial do período colonialismo. Assim como, este empresariado é resultado das mudanças políticas sistemáticas, da exigência do capital estrangeiro, da abertura ao setor privado nacional e estrangeiro, dos acordos entre o empresariado estrangeiro e o governo. Bem como das negociações entre as famílias empreendedoras com Raízes Colonial e os membros do governo que aspiravam entrar para o mundo empresarial. O artigo está dividido em três partes, começando pela, contextualização das oportunidades empresariais na véspera da independência e em seguida, refere a sobrevivência empresarial durante o sistema socialista, e por último, faz se um resumo em jeito de conclusão.

Palavras-chaves. Economia, Empresário moçambicano, socialismo e neoliberalismo.

Keywords. Economy, Mozambican businessman, socialism and neoliberalism.

INTRODUÇÃO

As linhas para a interpretação da gênese do “novo” empresariado na histórica de Moçambique é algo muito complexo de se perceber, na medida em que no período pós-independência muitos outros empresários, mantiveram-se escondido do Estado. Num momento e que havia um controlo estatal da economia, as novas oportunidades iam surgindo para a inserção dos moçambicanos no

mundo empresarial¹. Este texto tem apoio nos argumentativos da visão de Fernando Henrique Cardoso (1972), que caracteriza os empresários como empreendedores. Este que é o ponto de partida para que se entenda a complexidade da realidade empresarial moçambicano, e que se possa questionar quem são estes homens empresários moçambicanos.

E serve de base para a nossa interpretação da realidade empírica, João Mosca (2005), que faz uma abordagem geral com certo grão de profundidade sobre a economia moçambicana. Segundo o autor, podemos ver o papel do empresário a manifesta-se de modo diverso em diferentes épocas, mais em muitos casos, ocupa um lugar de destaque na vida econômica, como um ator social fundamental e plena de significado.

Em 1975 com o grande monopólio da economia pelo Estado socialista, houve uma transformação de uma burocracia liderada por elites politizadas, na vanguarda do desenvolvimento empresarial, o que Antônio M. de Almeida Serra (1993), chama de classe “Burocrática do Estado”. Estes empresários são diferentes dos antigos empresários que na sua maioria eram “*mónhes*” (indivíduos de origem ou descendente árabe ou indiana), bem como dos antigos empresários portugueses ou Moçambicanos que possuíam algumas características do mundo empresarial da época, com algumas terras, fábricas, lojas, móveis, etc.

Estes novos empresários que surgiram da “Aliança silenciosa”, com o poder político, foram influentes nas tomadas de decisões; os representantes da sociedade, que emergiram em grande parte da privatização das empresas estatais. O que (MYERS, 1994; HARRISON, 1999), fundamentou que a posição política os permite transcender do ambiente comum das classes populares e tomar grandes decisões, aliando bens para si, para os seus familiares e amigos ou clientes, a quem subtrairiam rendas, facilitando as fugas ao fisco, e ao acesso a serviços, principalmente, nas indústrias extrativas e turísticas, etc.

1 Estes eram diferentes dos que atuaram no período colonial, por sua maioria ser de origem portuguesa.

Uma aliança segundo (MOSCA, 2009), relevante na estrutura da acumulação de riqueza, e de oportunidade, que se desenvolveu em tornos familiares não apenas sanguíneo, mas de laços étnicos, religiosos e de confiança política, entre os altos funcionários senhores do Estado e do poder político, e alguns empresários que resistiram ao período socialista.

1. Contextualização: oportunidades empresariais na véspera da independência nacional

As oportunidades empresariais como uma construção do mundo capitalista, teve a suas raízes no Moçambique colonial, entre (1930-1950), como resultado do nacionalismo econômico colonial, que procurou a integração da colônia no mercado, como produtora de grande quantidade da matéria prima. E por outro lado, esta característica estratégica vem da dominação máxima das exportações e a extração de recursos². Estes elementos estratégicos foram impostos em boa parte pela necessidade da substituição de importações como consequência do crescimento da necessidade de consumo, e de fatores não produzidos tradicionalmente pelas necessidades econômicas locais. Porém, estes fatores permitiram o surgimento de um empresariado com um padrão de acumulação centrado em Moçambique, na última fase colonial, favorecida pela substituição acentuada e a natureza extravertida da economia, que era basicamente dependente do financiamento e da ajuda externa³.

Segundo Mosca (2005), devido à burocratização econômica, durante o período colonial, houve uma tentativa de limitação dos investimentos estrangeiros, o que lesou o interesse da participação empresarial, na economia da colônia. Este fator alterou gradualmente a economia até as mudanças econômicas, que surgiram a partir do ano 1960.

² Esta era uma das funções objectivas da economia assente na exploração da força de trabalho, na troca desigual de bens entre campo e a cidade e entre Moçambique e o exterior, e por sistemas de preços administrativos que facilitavam a acumulação nos sectores protegidos (MOSCA, 2005).

³ Com o crescimento dependente dos factores e recursos externos, houve uma limitação dos espaços de manobra para as políticas internas e a capacidade de controlo e gestão das variáveis exógenas (COLAÇO, 2002).

Neste momento houve uma redução do método coercivo de recrutamento de mão de obra, que se deu a abertura para uma maior participação à nível empresarial e na administração. Mas como África vivia numa onda de luta de libertação na década dos anos 1960 ao início de 1970, para ganhar o apoio interno e externo o governo português procurou elaborar programas de desenvolvimento, expansão e melhoria das infraestruturas. Uma necessidade já justificada por (CASSTRO, 1927: p. 55), que presava a participação dos nativos na economia, argumentando que “... não há administração econômica de possessões africana sem o domínio sobre o indígena, porque sem ele não há impostos, não há indústria, nem agricultura sem submissão, porque sem eles não há mão de obra”.

Porém, mesmo que os portugueses, pretendessem mostrar ao mundo, que todo a situação no território estava controlado, assim, os empresários estariam seguros dos seus investimentos, segundo (MOSCA, 2005), esta situação não alterou de grande modo a composição do empresariado nacional, mas sim permitiu que o capital das empresas⁴, estimula-se o nível de crescimento econômico e aquisição de apoio da população local no combater a crescente insurgência das forças da FRELIMO⁵. Neste contexto, abertura ao capital estrangeiro, vai a permitir a emergência de algumas indústrias de bens de consumo e de embalagens em redor dos

⁴ Segundo Moyo (2011, p. 160), existem várias formas de organização empresarial, que em grande medida são determinadas pelo tipo de produção e a compatibilidades do processo produtivo e por fatores culturais de cada região.

⁵ A criação da FRELIMO em 25 de junho de 1962, na República Unida da Tanzânia (Dar-essalam), foi protagonizada por três grupos sociais, com concepções ideológicas distintas: a) os membros exilados das três organizações, que já existiam há alguns anos, cujo exílio os tinha separado das realidades de Moçambique e cujas fontes principais de influências foram os movimentos nacionalistas dos países vizinhos. Temos os casos: UNAMI (União Africana de Moçambique Independente), criada em 1961, sob proteção do Malawi Congress Party (Partido malawiano); MANU (Mozambique African Nation Union), fundado em 1960, apoiado pela Tanganyka African National Union (Partido Tanzâniano) e UDENAMO (União Democrática nacional de Moçambique), criado em 1960, sob a tutela do Zimbabwe African Peoples Union (Partido Zimbabweano); b), moçambicanos oriundos diretamente do trabalho clandestino no interior de Moçambique; c) o terceiro grupo era composto por moçambicanos que, tinham deixado Moçambique para estudar no exterior (EUA, Portugal, França, Argélia, etc) (ERGERÖ *apud* MALOA, 2011).

principais centros urbanos, esta por vezes chegaram a competirem com a exportação de matérias-primas para Portugal.

Estas indústrias na sua maioria surgiram da necessidade de imprimir um crescimento mais rápido nas colônias, com base no deslocamento do capital português (sobretudo do financeiro) para Moçambique, através de importantes grupos econômicos (também de capital não português), associando a indústria ao setor financeiro.

Algumas destas indústrias e exportações surgem de uma forma marginal à lógica colonial. Mas as indústrias existentes no país foram de acordo com o mercado, consumo e infraestrutura, com grande destaque para as indústrias do; algodão, caju, chá, copra, sinzal, para a exportação; na indústria de consumo refere à têxtil e de sabão, tabaco, farinação/descasque de cereais (trigo, arroz e milho), móveis, cerveja, tipografias e ramos relacionados com a infraestrutura (cimentos e a construção civil)⁶.

Por tanto, o rápido crescimento industrial, possibilitou o desenvolvimento da atividade bancária, permitindo que diversos grupos financeiros portugueses iniciassem as suas atividades em Moçambique, muito deles associados ou interesses do capital industrial. Surgiram também, bancos de capital não português (britânico e sul-africano) e de capital dos colonos especializadas e vocacionadas em diferentes áreas financeiras.

Por seu turno, a evolução dos depósitos, facilitou-se a oferta de crédito, o que contribuiu para o descontrolo da inflação e o crescimento rápido do consumo privado. Este crescimento econômico, para a redução da política nacionalista, exigia também uma maior abertura política que permitiu a possibilidade dos moçambicanos desempenharem algumas atividades econômicas até então exclusivas para os colonos.

⁶ Pode-se acrescentar o surgimento de colonatos, sobretudo o do Limpopo e nas províncias do Norte. Mas informação ver (CABAÇO, 2007).

Já que nesta altura, o estatuto de assimilado tornou-se mais acessível, facilitando o acesso a recursos, que geraram no meio rural, comerciantes, pequenos proprietários de transportes e pequenos industriais (principalmente moageiras). Estes empresários de transporte dos últimos anos da colonização, exerceram as suas carreiras para os subúrbios, através de estradas⁷ que ligavam as periferias e o centro de maior emprego. Bem como, havia um número reduzido de empresas privadas que asseguram a cobertura dos transportes rodoviários e de passageiros entre cidades e concelhos.

Quanto às oportunidades empresariais no ramo do capital comercial agrário, estavam geralmente viradas aos comerciantes, que na sua atividade conseguiram acumular seu capital partindo da sua participação nos sistemas mistos⁸, entre as instituições públicas e empresas privadas, que cooperavam no abastecimento dos produtos básicos para a alimentação nos centros urbanos.

As culturas de exportação eram monopolizadas pelas empresas concessionárias, grandes plantações, ou instituições públicas. Por outro lado, aumentava a produção comercializada do sector camponês, em volta das cooperativas de criadores de gado cuja atividade principal eram a recolha, transformação e venda de leite e de derivados, onde muitas vezes adquiriam os animais das empresas privadas⁹.

A partir dos finais dos anos 1950, houve um incremento da produção da madeira, com existência de algumas empresas privadas com plantações. E a organização empresarial na economia faunística era em volta do turismo cinegético realizado nos parques e nas reservas, e o turismo de

⁷ Estas estradas foram construídas principalmente com objetivos policiais.

⁸ Saes (1996, p. 13), o “grande capital”, com interesses bem definidas em relação á política econômica tem também capacidade de pressão sobre o governo (muitas vezes porque se vê diretamente representado nela). As relações entre o estado e empresas, por meio de seus dirigentes, tornam-se muito evidentes e pontos importantes da política econômica.

⁹ Pares mais detalhes ver Mosca (2005, p. 95).

caça. Com especialização de algumas empresas nas organizações do turismo e possuidoras de direitos de exploração de coutadas (MODLANE, 1995).

Nos comerciantes rurais por regra, os empresários atuaram em várias áreas de atividades, moveis como diversas lojas, restaurantes, hotéis, etc., apesar de um grosso número estar em parte associado ao modo de produção industrial (principalmente moagens), além da agroindústria. Estes empresários divididos em pequenos grupos de sectores de empresas, desenvolveram atividades nas áreas da transformação da cana-de-açúcar, do descaroçamento de algodão, do caju e do tratamento de chá, da criação de gado, da caça, das explorações agrícola e florestais, dos transportes, etc¹⁰.

Por outro lado, as indústrias extractivas, o seu valor de produção, centravam-se; no calcário, o granito, a pedra e carvão, existiam ainda extrações de pedras preciosas¹¹ em menor quantidades. Portanto, é na indústria transformadora, que houve alguma desconcentração da produção, o que significou uma tendência para a diversificação da produção industrial.

O aumento do número das empresas e agentes econômicos registrados nas atividades indústrias produziu para o comércio interno um maior crescimento na fase final do período colonial, nas áreas têxteis, o cimento, a relacionada com a produção pecuária, atividade pesqueira e construção.

No sector exportador, a sua estrutura empresarial era composta por pequenas e médias empresas, onde as indústrias mais importantes eram as relacionadas com a transformação de produtos primários, com destaque para as empresas produtoras de açúcar, nomeadamente; a *Sena Sugar*

¹⁰ É que o comércio constituiu uma atividade regulada e abrangeu a maior do território. No comércio a técnica usada e a renda monetária, é condição para o desenvolvimento do espírito capitalista.

¹¹ *Turmalinas, granadas, microlite e tantalite.*

State, a *Maragra* e a *Sociedade Agrícola do Incomate* e a *Açucareira de Moçambique*¹², também a indústria de óleo vegetal a sua produção cresceu rápido durante o final do colonialismo.

Acredita-se que apesar de tudo grande esforço de Portugal, o seu modelo de colonização, discriminatório, débil financeiramente e economicamente e a dependência e subalternidade de Moçambique na divisão social de trabalho a escala regional, determinaram ao fracasso do desenvolvimento de um capitalismo sólido com grandes empresários modernos até a independência.

2. O socialismo e o empresariado nacional

Tentando o espírito capitalista vimos como nos últimos 10 anos dos finais do colonialismo entre aos primeiros 10 anos da independência, necessidades de uma redefinição das estratégias implementadas para transição do empresariado moçambicano ao mundo moderno e superar as expectativas radicais em que sofreram pelas oportunidades coloniais.

Mas, por outro lado, o problema do empresariado existente até o momento da independência, era o seu caminha a seguir com os socialistas da FRELIMO no governo, e a sua má sorte redefinida com o governo colonial. Num momento em que o governo português criava pânico para o desfavorecimento da continuidade dos investimentos no período da independência, dizendo no seio da comunidade empresarial que desconheciam a política socialista da FRELIMO, que eles eram os “espantalho comunista”, ‘russos’, que podiam tomar as suas riquezas até as suas galinhas e mulheres etc¹³.

¹² Com exceção da Companhia de Moçambique, as empresas industriais eram também produtoras de cana.

¹³ CHISSANO, Joaquim. Nas ex-colônias portuguesas: *Chissano critica papel do clero*. 25.04.2014. Disponível em: <http://m.noticias.sapo.mz/destaque/> Acessado 25. De abril 2014.

Ideia esta que levou a instigar um sentimento de revolta, onde alguns colonos começaram matando gados e destruindo máquinas e mesmo os manuais de manutenção¹⁴. Contexto este argumentado pelo Mosca (2005), como sendo; um problema que surgiu dentro da Frelimo, que contradiziam a posição oficial e a realidade, o que em muitos casos, não ajudou a prevenir a saída de um grande número de estrangeiros e nacionais de recursos e capitais¹⁵.

Os efeitos deste abandono dos empresários caracterizaram face a economia a estratégia de intervenções do Estado, com objectivo a curto prazo de garantir o funcionamento das empresas, fase a ruptura de abastecimento de insumo e de matéria-prima, sobretudo das importações e exportações (MOSCA, 2005).

Para os empresários que permaneceram no país depois da independência, a FRELIMO admitiu que participassem nas atividades não estrategicamente de grande importância econômica, mediante o cumprimento dos critérios, de participação na produção nacional, no quadro dos objetivos fixados pelo Estado, e de acordo com os interesses das massas populares.

Um aspecto particularmente importante da atividade privada de moçambicanos é que por muito tempo, fizeram grande parte, os artesãos e os pequenos proprietários. Estes empresários garantirão, com o apoio do Partido Estado, a estabilidade de vida dos cooperantes, a colocação e venda dos seus produtos e o abastecimento de matérias-primas em condições mais favoráveis.

Portanto, os novos investimentos de capital privado, interno ou externo, foram autorizados em função da incidência que venham a ter na edificação da base econômica, quer produzindo divisa através da exportação quer contribuindo para a satisfação das necessidades fundamental do Povo,

¹⁴ Estes colonos foram expulsos pelo decreto conhecido como 24/20 (24 horas para sair do território, com 20 quilos de bagagem). Tinha como objetivo lutar contra a sabotagem econômica e evitar a paralisação da economia foram muitas vezes aplicados desproporcionalmente e de forma desajustada.

¹⁵ Para além da saída de portugueses, aconteceu de forma semelhante com estrangeiros de outras nacionalidades e também de muitos moçambicanos.

e sempre condicionada à obrigação de formar e elevar o nível técnico e científico dos trabalhadores moçambicanos.

Esta necessidade de equilíbrio entre os setores privados e público, nenhuma teoria econômica descreve como precisa, possivelmente por se tratarem de equilíbrio politicamente conflituosos e existem muitas realidades muito diferenciadas¹⁶. Portanto, uma situação demonstrada quanto aos portugueses que permaneceram no país, tiveram uma reação por parte da FRELIMO de braços abertos. E juntos tentarem juntar as peças de uma economia já fraturada pelos custos da Guerra colonial e depois em grande parte abandonado por aqueles que anteriormente controlavam os postos gestores e administrativo¹⁷.

Entre 1973 à 1977, acrescentado outras situações que ocorreram e marcaram a reconfiguração da organização empresarial¹⁸, foi sensivelmente o momento em que a economia moçambicana começa a refletir os efeitos da política da década dos anos 1960. O que Mosca chama de, um período com algumas descontinuidades econômicas, destacando-se: a interrupção de um processo de acumulação interna, cujas poupanças eram investidas no território, tanto de estrangeiros como de moçambicanos.

Por outro lado, consideram-se haverem muitos elementos de continuidade, sendo estes os que mais contribuíram para caraterizar a estrutura econômica, empresarial moçambicana. Esta estrutura segundo Cardoso (1972), teve uma grande posição dos ideólogos socialista

¹⁶ Ver (MOSCA, 2005: 108).

¹⁷ “Os moçambicanos negros tinham sido em geral excluídos dos negócios e dos cargos do serviço público e mesmo empregos de níveis mais baixo como de cobrador de bilhete nos comboios” (HANLON, 2008, p. 30).

¹⁸ Ruy Baltazar Jr., apud Mosca (2005: 133), existem dois critérios: para 1973 prevalecem elementos econômicos e para 1977 existe claramente uma razão política. Em 1977, realizou-se o III Congresso do Partido FRELIMO, definiu-se orientações sobre grandes opções política e econômica. Não obstante, é provável que 1977 sejam considerados o início de um novo período, considerado o fim do que se refere como transição.

moçambicanos no poder, estes foram os que facilitavam a autoridade e justificação da continuidade dos empresários e aquisição dos recursos ao investimento nos casos extremos.

Por vez racionalizando na prática capitalista tornaram-se sócios das empresas que produziram no quadro técnico da economia socialista, onde estavam como funcionários administrativos da máquina burocrática das empresas. “O problema só se esclarece quando é rebatido para o plano da sociedade global: caso das formas de propriedade vigentes e o mecanismo de controle” (CARDOSO, 1972: 22).

De acordo com Mosca (1999), a socialização da economia anunciada pelo Samora Machel, á nacionalização, pesou para as novas atividades privadas que eram praticamente proibidas, o início ou reinício do processo local de acumulação. Isto era para não dar quaisquer oportunidades do surgimento e desenvolvimento de iniciativas privadas em áreas como; educação e da saúde, da terra, das empresas funerárias e dos serviços de advocacia, o que implicou a interdição de qualquer atividade privada nestes setores.

Estas praticas associadas as intervenções do Estado na economia mal explicadas aos empresários que desconheciam a política socialista, abriu espaço para que os novos empresários ligado ao Estado tivessem mais espaço de manobrar a sua inserção no mundo empresarial moderno. Um momento crucial quando a FRELIMO, assumiu o poder, os empresários ausentes do território num período superior a 90 dias, sem deixar informações, a intervenção do Estado os pôs a merce dos dirigentes máximos locais e nacionais. Segundo o Decreto-Lei nº 16/76, de 13 de Fevereiro de 1975, o governo de transição¹⁹, atribuíram-se as comissões administrativas (CA)²⁰, a

¹⁹ O regime da FRELIMO já estava ideologicamente radicalizado, o que se o refleti na organização do Estado e da política econômica (MOSCA, 2005, p. 148).

²⁰ A CA era nomeada por despacho ministerial e geralmente eram constituídos por três elementos: um gestor, outro da confiança do partido, e um terceiro, geralmente do GD da respetiva empresa (*Ibidem*).

intervenção e tutela sobre as empresas abandonadas ou sabotadas²¹, assim, o estado segundo o decreto-lei, poderia nomear comissões administrativas para gerir as empresas que ficavam sob tutela do respeitativo ministério²².

Assim como, as nacionalizações anunciadas no dia 3 de fevereiro de 1976²³, quanto aos os prédios de rendimentos e proibiu-se o arrendamento privado da habitação, banca que cobriria as necessidades financeiras das empresas com o propósito de mantê-las em produção e evitar os conflitos sociais. Permitiu um “golpe de imisericórdia” nas expectativas dos pequenos médio investidores, que apesaram a depender o seu retorno do exterior, as decisões dos governantes socialista da FRELIMO (MOSCA, 2005).

Neste mesmo momento debatia-se dentro da FRELIMO as oportunidades dos dirigentes socialistas de ser livre no mundo empresarial, aliando-se as grandes empresas estrangeiras, de todo o sector econômico, que não foram nacionalizadas nem intervencionadas²⁴. Foram principalmente as empresas que estavam associadas a interesses no exterior e que transferiam matérias-primas, como por exemplo, algodão e copra, empresas de importações e de prestação de serviços de máquinas industriais e de meios de transporte.

²¹ Através da fronteira para países vizinhos; dentro de contentores que embarcavam nos portos com corrupção dos agentes alfandegários e da polícia; através de sobre e subfaturação das importações e exportações, respeitativamente; etc.

²² BRITO (1995), muitos empresários ao sair território, cometeram sabotagem nas empresas, como, por exemplo, destruição de equipamentos e de infraestruturas, descapitalização, transferência ilícita de capitais através de sobre e subfaturação e por meio de outras formas. Em outros casos, aumentavam os salários com objectivo de desestabilizar e inviabilizar *a posterior* a rentabilidade das empresas.

²³ “Esta situação começa desnacionalizações começa em Portugal com, no dia 11 de Março de 1975, com a nacionalização dos principais sectores económicos, o que possibilitou o aumento do número de empresas “eficientemente administrado ou sob tutela do estado, nomeadamente” no caso do sistema bancário-financeiro (banca e seguros) e uma parte importante do sistema industrial” (CARDOSO, 1993, p. 133).

²⁴ Segundo ADAM (2005), O governo não possuía condições nem eventualmente interesse para mais nacionalizações: o setor estatal crescia se, de forma desprogramação e ultrapassando as capacidades do governo; as grandes empresas operavam em setores de grande importância para a economia; finalmente, existiam forças políticas sociais externas relacionadas com estas empresas.

A discussão da participação empresarial esteve também em volta das grandes empresas públicas do período colonial, que passaram com a independência a gestão direito do estado moçambicano; o exemplo, concreto das empresas monopolistas de transportes aéreo²⁵. Neste caso, os interesse empresárias debatidos foram afetados, devido a manutenção da transferência de recursos estar ainda centrado nas exportações e o padrão de acumulação no exterior²⁶, e a tendência do sector estatal prevalecer como a principal fonte de receitas do Estado, com base na tributação dos rendimentos do capital (MOSCA, 2005).

Para Cabaço (2007), a política financeira foi um reflexo do sistema fiscal, como um instrumento que garantiu a canalização dos excedentes da produção, bem como assegurou a sua aplicação nos sectores socioeconômicos prioritários. Assim, a política fiscal em relação aos rendimentos do trabalho foi orientada para o estabelecimento de taxas diretamente proporcionais aos níveis de rendimento.

Como muitos trabalhadores moçambicanos tinham um baixo salário, a aproveitaram os seus investimentos empresariais vindas da reorganização da banca, este processe deu-se devido à necessidade do Estado de exercer um controla efetivo do sector financeiro e assim como, procurava cumprir os objetivos da estratégia de desenvolvimento econômico e social.

Estas oportunidades foram desenvolvidas na gestão do Estado de todos os bancos português que operavam em Moçambique²⁷, reestruturados em duas novas instituições bancarias: o Banco de

²⁵ (DETA deu origem à LAM – Linha aérea de Moçambique); os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM); todas as empresas rodoviárias de transporte de passageiro intervencionadas foram integradas em três grandes monopólios regionais – sul, centro, norte – com nome de ROMOS, ROMOC e ROMON. Rodoviária de Moçambique Sul, Rodoviária de Moçambique Centro, e Rodoviária de Moçambique Norte, respetivamente.

²⁶ “o crescimento do sector estatizado decorreu mais do processo de descolonização e das nacionalizações em Portugal que de políticas econômicas ativas empreendidas pelo povo Moçambicano. Como resultado parte importante do sector empresarial do estado existente no pós-independência acabou por ser formado em bases contingenciais, econômicas e sem um fio condutor energético” (FRY, 2001, p. 12).

²⁷ Como consequência de nacionalizações em Portugal. (MOSCA, 2005, p. 174)

Moçambique (BM)²⁸, cofunções de banco central, e das operações externas, e o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), como banco comercial, que tinha como atribuição principal o financiamento da economia²⁹. Nestas instituições, a intensão dos poderes segundo Mosca (2007, p. 443), “era de defender o sistema financeiro, o que a segurança (garantia) dificultava o acesso dos agentes econômicos de pequena ou muito pequena escala, por regra, sem tradição nem forma. Outro motivo que dificultou as acessibilidades do sistema financeiro foi especialmente a sua concentração”.

Porém, a representatividade do sector privado era nichos do mercado, controlo pelo Estado e ineficaz ou inadequado, aos modelos de planificação em que estavam sujeitas³⁰, com as sociedades mistas³¹. A burocracia nos financiamentos das empresas privadas só permitiu os investimentos em atividades das pequenas empresas. Caso contrário, uma exceção especificamente, no caso de: um banco privado, plantações de chá e açúcar, e outras empresas privadas.

Em muitos casos, a grande e moderna empresa industrial é total ou parcialmente de propriedade do Estado. “Mesmo quando a propriedade permanece privada, o elemento crítica na determinação do nível de investimentos e na escolha da tecnologia continua a ser a política pública por meio dos sinais macroeconômicos do estado, seus investimentos complementares em infraestrutura e seu direcionamento setorial” (FISHLOW, apud SAES; 1996).

²⁸ Opta-se por BM (com m pequeno) para se diferenciar da sigla do Banco Mundial (BM).

²⁹ A banca funcionava sobre as orientações dos ministérios do Desenvolvimento e de Planificação Econômica (MDPE), E DAS Finanças, onde a tarefa era financiamento das empresas estatais e realizações das operações externas.

³⁰ Quando foi necessárias criar associação entre o estado e as empresas privadas

³¹ Bem como, nestas empresas, a gerência deve reunir regular e obrigatoriamente com a organização dos trabalhadores e a estrutura política, a fim de manter os trabalhadores informados sobre o processo produtivo e o andamento da gestão. Todos os benefícios sociais ligam-se ao crescimento da produção (op cit, p. 173).

Nos finais dos anos 1970 e os princípios dos anos 1980, a situação em termos de investimentos empresariais mudou pelas necessidades do momento, onde uma combinação de factores internos e externos inviabilizaram a implementação dos Planos que acabar com o subdesenvolvimento de Moçambique. Entre alguns factores que concorreram para esta situação, salientam-se; o reduzido número de técnicos moçambicanos, erros e insuficiências próprias de quadros que adquirem experiência de direcção e gestão político-económica no próprio processo de gestão macroeconómica e social.

A sua dependência em relação ao apoio financeiro e de mão de obra especializada estrangeira, sobretudo oriundos dos países socialista, foi fortificada pela crise que se aprofundava na economia e na sociedade moçambicana, em muitos caso justificado pelas calamidades naturais (cheias e secas cíclicas) e falta de capacidade para as mitigar; O atos de agressão e destruição de infraestruturas económicas e a consequente instabilidade, particularmente nas zonas rurais, provocadas pela guerra civil que começou em 1976, entre as forças governamentais e os rebeldes da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)³².

Dentro desta crise económica Moçambique debatia-se com a dívida externa, que evoluía, a baixa produção e produtividade dos projetos que recebiam grandes investimentos, bem como havia

32 No que tange aos factores da crise e abertura as oportunidades empresariais “acrescenta-se a não confirmação de Moçambique como membro de pleno direito do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME); aplicação integral de sanções ao regime racista e minoritário Rodesiano de Ian Smith (atual Zimbabué), em cumprimento da Resolução 253 (1968), aprovada em 29 de Maio de 1968 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas; A redução do recrutamento de mineiros moçambicanos para uma terça parte do nível anterior e rescisão unilateral, por parte da África do Sul, do acordo que tinha com Moçambique, sobre o pagamento dos salários dos mineiros em ouro; diminuição drástica da utilização dos Caminhos de Ferro e dos Portos moçambicanos pela África do Sul, a par do encerramento das fronteiras.

dificuldades de gestão das empresas estatais, uma realidade que permitiria a abertura para a participação legal do empresariado nacional e estrangeiro na vida econômica do país³³.

Esta situação que Moçambique vivia, entre a fúria dos homens e a insensatez dos homens³⁴, levou com que se procure mecanismo de estancar a crise econômica, com a participação empresarial, oficialmente na realização do IV Congresso da FRELIMO em 1983, que veria a trazer alavancas reformistas ligadas a descentralização e a orientação para uma economia de mercado em pequena escala³⁵. Portanto, com a África do Sul, procurou um clima de paz, no intuito de relações econômicas com benefícios mútuos. Assim sendo, o capital sul-africano iria ser encorajado a investir em Moçambique a fim de forjar um interesse comum.

Moçambique voltou-se mais uma vez a centrar a sua dependência econômica em relação a África do Sul, com a participação crescente na sua economia. Paralelamente a este processo, Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique independente e o segundo presidente da FRELIMO, fez uma ofensiva diplomática na Europa e nos EUA em 1984, “esta visita foi considerada como uma viragem política que presumisse o abandono das cooperações entre Moçambique e os países socialista, os nórdicos e alguns países africanos estava enfraquecendo (FAUVET; MOSSE, 1978).

33 Num período de guerra civil intensa que desestabilizava o país, o governo enfrentava outros problemas, ligados a aliança interna entre a FRELIMO e a maioria da população, que aspirava um processo de democratização do poder. Além de um novo Estado, queria novas relações de produção que efetivamente modernizassem a sociedade, transferindo os benefícios para a população.

34 levou a diminuição drástica da produção agrícola, provocando gravíssimos problemas alimentares, que associado a queda da fonte de divisas da economia moçambicana, isto é os preços dos produtos primários no mercado internacional, remeteu o país a mudança nos princípios dos anos 1980.

35 Na agricultura este Congresso previa travar alargamento do setor das *machambas* estatais (plantações) e abriu o caminho à “reorganização e consolidação” da *machambas* estatais existentes. Também, considerou a reabilitação da capacidade instalada em termos industriais e de transporte quer no setor estatal quer no setor privado ou a principal prioridade do programa a implementar.

Como resultados desta visitas, os países capitalistas criaram condições para ajudar a Moçambique, desbloqueados alguns programas de ajuda, concedidas linhas de créditos e de quebrados o gelo diplomático e a agressividade militar de alguns países. Moçambique saiu da lista negra americana. (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

Estas mudanças exigiram a entrada de Moçambique nas instituições de *Bretton Woods*, IBWs (Banco Mundial e FMI – Fundo Monetário Internacional), como parte do ponto de vista adequado a política econômica do “*Consenso de Washington*”. Onde permeavam que os países pobres precisavam de se desenvolver e integrando no o mundo capitalista. Assim sendo, a inserção de Moçambique na economia global trouxe com sigo uma nova onda de oportunidades empresariais, tendo em conta o facto de estar a emergir além dos habituais parceiros do Ocidente, um novo paradigma nas relações econômicas e políticas mundiais, com novos atores dos chamados BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China na definição dos contornos da economia moçambicana.

O particular destaque vai para a velha companheira China pela sua política de concentração anormal de riqueza nos países produtores de petróleo e na difusão das novas formas de luta, em particulares usurpadas pelos militantes muçulmanos que obrigaram à revisão da doutrina militar, no mundo.

Impulsionadas pela adesão de Moçambique nas IBWs, em 1987 o governo da FRELIMO elaborou o Programa de Reabilitação Econômico (PRE), como um elemento da continuidade das reformas iniciadas em 1983, este programa tinha como objetivo obter o financiamento externo, para sustentar a crise econômica e política, centradas em dois polos, simultâneos, onde por um lado, estava; *a crise financeira dos bancos que sediam empréstimo* e por outro lado, *a crise econômica dos próprios países devedores* (JEFFREY;1999).

Assim, pretendia-se que fosse um período de transição destes dois problemas, mas não o fim da política econômica anterior, e iniciou da aplicação do desenvolvimento capitalista. Porém, de

acordo com Francisco (2005), o PRE, foi a contenção da queda das atividades econômicas e início de uma recuperação progressiva até 1990 dos setores-chaves da economia nacional.

Para tal, as novas oportunidades empresariais revitalizavam-se nos programas de exploração de produtos, para o povo e para a indústria, com preços liberalizados pelo governo, praticamente permitiu novos investimentos com o término da gestão do mercado, corte no orçamento dos setores sociais, e introdução das mudanças nas políticas da saúde e da educação, que passaram a ser com acesso na base do rendimento, o que estimulou o surgimento de algumas instituições privadas nestes ramos.

Estas políticas introduzidas pela FRELIMO que procuravam encorajar investimentos privados, em pequenas empresas intervencionadas. Num sinal de confiança do governo aos empresários, que adquiriram lojas e pequenas empresas abandonadas apenas cinco anos antes³⁶ (HANLON, 2008).

Foi um processo em que beneficiou um grupo de empresários muitas vezes comprometido com alianças favoráveis dos militantes da FRELIMO, gestores público do país, em que eram pessoas que vinha da luta armada sem experiência de gestão pública e empresarial e com pouco conhecimento da realidade. Assim como, existiam os recém-formados nas escolas superiores³⁷ e médias, jovens maioritariamente oriundos, da pequena burguesia colonial³⁸ e das elites tradicionais, em que se recusaram a regressar no período da luta, e quando voltaram formados no

³⁶ Este era uma via mais correta, de superar as carências financeiras e tecnológicas, e remetendo a sobrevivência do setor privado nos investimentos, em setores que o estado não tinha grandes interesses na gestão da mesma, geralmente, pelos resultados previstos não mostrar uma satisfação econômica desejada (*ibidem*).

³⁷ Durante muitos anos após a independência, a quase totalidade dos formados nas escolas superiores transformou-se em funcionários ou colocados nas empresas estatais.

³⁸ Ver (MOSCA, 2005) em que disse ser a representação da maioria dos quadros-negros oriunda das elites tradicionais.

exterior, foram criticados e marginalizados depois recuperados elevados a altos cargos de responsabilidades³⁹, no partido e no governo, com compensações de rendimento altos⁴⁰.

Esta situação de incorporação dos antigos países coloniais ao mercado mundial e explicado em Furtado (1972), como necessidade de cisão entre propriedade e controlo administrativo na prática da econômica moderna e à reorganização do mercado mundial, o que é provocado pela formação de blocos regionais. Porém, o que levou com que os aspectos políticos ganhassem preeminência na explicação do processo econômico e na análise dos padrões que definem as formas estruturais da sociedade, onde as posições-chaves do executivo, legislativo ou jurídico, e não capitalistas, juntos como camadas dominantes da sociedade representavam as oportunidades econômicas.

Certamente, estes fatores associado à base econômica agroindustrial, financeiramente fragilizada, incapacitada de exploração dos recursos, permitiram uma grande aliança com o capital estrangeiro, garantidas pelo alívio dos encargos fiscais, e aquisição de apoio político.

O que no princípio dos anos 1990, determinou outro grau empresarial em moçambique⁴¹, favorecidas por uma série de medidas de política e econômica tomadas, nomeadamente a aprovação de uma nova constituição, a mudança do sistema de economia centralizada para uma à

³⁹ Esta aliança era temporária, porque de princípio a FRELIMO necessitava dos quadros formados, mas, simultaneamente, estes possuíam origens de classe em relação às quais, durante os primeiros anos, posicionando os em cargos de responsabilidades intermédios (diretores nacionais e de serviços e das empresas estatais, técnicos superiores).

⁴⁰ Foi criada a loja dos responsáveis, onde estes quadros podiam comprar, a preços oficiais, bens que não existiam no mercado; muitos participavam em deslocações de serviço ao estrangeiro recebendo *pocket's money* bastante compensadores; os diretores possuíam viaturas com combustível do Estado par utilização de serviço e pessoal; alguns residiam em casas do Estado ou das empresas.

⁴¹ Para Seaes (1996), a uma grande influência de “grande capital” com interesses bem definido em relação à política econômica, em que fazem pressão as capacidades de gestão governamental.

de mercado, com abertura ao livre comércio, a reestruturação e privatização de empresas Estatais⁴².

Segundo Mosca (2007, p. 436), um grupo de moçambicanos burocratas e destrutivos aproveitando da incapacidade técnica esvaziavam os cofres do Estado com elevado níveis de corrupção, assim se tornavam o empresariado com alguma tradição, protegida pela burocracia, com espírito empreendedor e produtivo, se construiu como a nova elite emergente no mundo empresarial.

Em grosso modo esta elite era representada maioritariamente por rendários ineficientes e não produtiva, concentrados nas grandes cidades, principalmente os cidadãos fixados na capital Maputo, em que controlavam as oportunidades de desenvolvimento empresarial em todo o país se tornando acionistas, quer individual ou coletivos, de pequenas médio e grandes projetos de desenvolvimento. Uma situação justificada de acordo com Dahrendorf, *apud* (FORTADO, 1972: 21), que estas “elites gerenciais podem ser grupos extremamente poderosos na sociedade, podem até mesmo exercer controlo parcial do governo e paralelamente, mas esses mesmos fatores sublinham a significação das elites governamentais, sejam quais forem às decisões tomadas por ou através deles; sejam, quais forem as mudanças introduzidas ou evitadas, as elites são seu objetos ou agentes imediato; sejam quais forem os conflitos que o corram na arena política, os cabeceiras dos 3 troncos do governo são os expoentes do *status quo* político – administrativo”.

Conclusão

Tendo em conta, as diversidades que levaram a gênese do empresariado em Moçambique, entre os anos (1930-1950), o nacionalismo econômico, favoreceu um padrão de acumulação centrada em Moçambique, o que permitiu o surgimento de um espírito capitalistas, em que deu a base para a consciência empresarial dos moçambicanos destinando os seus investimentos ao recém-mercado interno em construção.

⁴² Ver para mais detalhes Abrahamsson e Nilsson (1995).

Esta situação foi assegurada com base na facilidade do sistema de preços administrativos, o que facilitaria a acumulação nos sectores protegidos do mercado da matéria-prima, das exportações, extração de recursos e exploração da força de trabalho, a troca desigual de bens entre campo e a cidade e entre Moçambique e o exterior.

Estes fatores foram determinantes para o conhecimento da fraqueza do potencial empresarial português, metropolitano, confirmado na véspera da independência, a necessidade de aliança com a burguesia colonial e tradicional.

Estas novas oportunidades empresariais, com a independência econômica de Portugal antes de atingir a independência política, concretamente, esforçou o desenvolvimento e um modelo de empresariado colonial, que permaneceu no período socialista essencialmente composta pela população branca e outras minorias de origem europeu moçambicanos e asiática (indianos, paquistaneses e chineses), em que se beneficiaram dos investimentos estatais e tiveram as possibilidades de transformar os seus investimentos em diversas áreas econômicas para a crescentemente e satisfação das necessidades internas⁴³.

Também houve uma forte participação empresarial em área como comércio agrário, participando nos sistemas mistos, entre as instituições públicas e empresas privadas, que cooperavam no abastecimento dos produtos básicos para a alimentação nos centros urbanos. Bem como, no incremento da produção da madeira, turismo cinegético e de turismo de caça, atividades como criação de gado, lojas, etc.

43 Por tanto, estas oportunidades empresariais estiveram em volta da área industrial, como as pequenas industriais de transformação da cana-de-açúcar, do descaroçamento de algodão, do caju e do tratamento de chá. Em menor quantidade os investimentos empresariais destinavam-se as indústrias extractivas, da produção do calcário, o granitos, as pedras e carvão, muita das atividades eram ligadas a banca. Por outro lado, os investimentos estavam centrados nas indústrias que produziam para o comércio interno. O sector exportador, as oportunidades empresariais estavam em volta das pequenas e médias empresas, indústrias relacionadas com a transformação de produtos primários, com destaque para as empresas produtoras de açúcar e óleo vegetais.

E no meio rural surgiram alguns negros a desenvolver algumas atividades econômicas até então exclusivas para os colonos, eram comerciantes e pequenos empresários de transportes (nas carreiras para os subúrbios) e pequenos industriais (principalmente moageiras), em que acumularam o seu capital empresarial.

Mas a natureza extrovertida da economia, a falta da capacidade de controle e gestão das variáveis exógenas, não permitindo o desenvolvimento capitalista até ao fim do período colonial. Limitando as políticas internas posteriores a um contexto do desenvolvimento empresarial, de bases diferentes, como as linhageiras, de parentesco, clientelista etc., todos ligados ao capital e mercado internacional⁴⁴. Este nacionalista e patriótica empresários tiveram características, diferentes das construídas no Ocidente e a própria natureza e especificidade do conceito do empresário, tal como Schumpeter o define, só com dificuldades são ali aplicáveis. Por oscila entre o desejo do progresso e as condicionantes das políticas dependentes impostas a troca da ajuda alimentar para milhões de cidadãos e da sustentação econômica (MOSCA, 2005).

Uma situação justificada pelas mudanças de oportunidades do empresariado nacional, no período, pós-independência, concretamente referente ao sistema socialista, com uma nova dinâmica, provocada em grande medida por saída de uma grande parte de agentes de capital e recursos, nacionais e estrangeiros, que desconhecia apolítica da FRELIMO, deixando um grande vazio que remeteu possibilitou novos mecanismos de alianças sustentadas pelos bens intervencionados pelo Estado.

Estes novos empresários em que eram e viviam das alianças das antigas burguesias e os funcionários públicos, e sub o esquema de impedir a ruptura de abastecimento de insumo e matéria-prima, sobretudo das importações e exportações.

Tiveram assim, dentro do sistema uma possibilidade de se beneficiaram da proibição das novas atividades privadas, bem como das autorizações dos novos investimentos do capital privado,

⁴⁴ Ver para mais detalhes ADAM (2005).

interno ou externo, em função da contribuição econômica, produziram para o Estado as divisas em exportação, ou contribuíram para a satisfação das necessidades fundamentais do Povo. Condicionaram por vezes a formação e elevação do nível técnico e científico dos trabalhadores, com base no padrão de acumulação centrada no exterior, suportados por mecanismos de extração de recursos e de excedentes da agricultura e do meio rural para as cidades e o exterior.

Mesmo com a nacionalização da banca, os novos empresários procuraram responder as necessidades financeiras das empresas com propósito de evitar a redução da produção, e incapacidade das grandes empresas.

Onde operavam em setores de grande importância para a economia, permitindo a capacitação da força de trabalho relacionado com as empresas, lidaram com a transformação das matérias primas como; (algodão e copra), trabalharam com outras empresas nas áreas de importações, prestação de serviços de máquinas industriais, de meios de transporte e outros sectores econômico.

Esta entrada para o mundo empresarial intensificou se nos meados dos anos 1980, com a onda dos programas de ajustamento estrutura, em priorizava a pareceria e a liberalização econômica, situação está que se suportou com base no capital estrangeiro, e as pequenas, médias e grandes empresas moçambicanas. O empresariado, empreendedores e acionistas, quer individual ou coletivo, em pequeno, médio e grande invadiram grandes projetos de desenvolvimento.

Este favoritismo da entrada de novos agentes no empresariado moçambicano de raça negra, e justificada pela, sua aderência massiva no aparelho de Estado, entre 1975 à 1990, dos nativos moçambicanos que desempenharam funções burocráticas, como; planejadores, gestores e distribuidores, dos bens de consumo e serviços.

Assim que as estratégias socialistas cederam as capitalistas, estes funcionários foram os que tiveram uma maior oportunidade de se beneficiarem do reajustamento econômico, do liberalismo, e conseqüentemente uma maior oportunidade de mobilidade econômica, com base nas alianças entre o poder político e o capital internacional.

Referências Bibliográficas

ABRAHMSSON, H.; NILSSON, A. *“The Washington consensus” e Moçambique: a importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento do continente Africano*. Maputo: CEEI 1995.

ADAM, Y. *Escapar aos Dentes do crocodilo e Cair na Boca do Leopardo*. Maputo: Promédia, 2005.

BRITO L. *Moçambique independente: o novo espaço político*. Texto de apoio da disciplina Moçambique Contemporâneo. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: UFICS, 1995(mimeo).

BRUCK, Tilman. *Guerra e Desenvolvimento em Moçambique*. *Análise Social*, Vol, XXXIII (149), 1998 (5),1019-1051.

CABAÇO, J. *Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação*. 2007. 475f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CABRITA, J. *A morte de Samora Machel*. Maputo: Edições Novas África, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1964.

COLAÇO, J. *Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista*. In: FRY, Peter (Org.). *Moçambique ensaios*. Rio de Janeiro, 2002, p.91-110.

CHANDLER Jr., A. *Strategy and Structure. Chapters in the History of the Industrial Enterprise*. Cambridge: The MIT Press, 1962. (Intr./Conc).

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Guerra Civil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DÁVILA LADRÓN de GUEVARA, Carlos "La historia empresarial en América Latina". In: ERRO, Carmen (dir) *Historia Empresarial. Pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.

ERGÖ, B. *Moçambique: os Primeiros dez anos da construção da Democracia*. Maputo: AHM, 1992.

ERRO, Cármen. *Historia Empresarial: Passado, Presente y Retos de Futuro*. Barcelona. 2003.

FRANCISCO, Antônio A. Silva. 2003. “*Reestruturação econômica e desenvolvimento*”. In: Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (Organizadores). *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

FRY, Peter. *Cultura da Diferença: Sequelas das Políticas Coloniais Portuguesas e Britânicas na África Austral*. Rio de Janeiro. Afro Ásia. 29/30, p.271-316, 2003.

HANLON, J. *Mozambique the revolution under fire*. London: Zedbooks, 1990

HANLON, J. *Peace without profit. How the IMF blocks rebuilding in Mozambique*. African Issues. London: Villiers Publications, 1996.

HARRISON, Graham. *Elections in Mozambique. Review of African Political Economics, Number 63, 1995*.

MOYANO, Daniel. “Empresa y familia en la agroindustria azucarera tucumana: el caso de la firma “Avellaneda & Terán” (1907-1949)”. *História Econômica & História de Empresas*. Vol. 14, Nº 1, 2011.

MONDLANE, E. *Lutar por Moçambique*. 1ª edição moçambicana. Maputo: Nosso Chão, 1995.

MOSCA, João . *A Experiência Socialista em Moçambique (1975 – 1986)*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

PITCHER, M.A. *Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique*. *Análise Social*, vol. XXVIII (168), 2003.

SAES, Flávio. “História de Empresas e história econômica do Brasil”. *II Congresso Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*, 1996.

SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986 (capítulo 2).

SERRA, Antônio Manuel de Almeida: *Política Agrária e Desenvolvimento Econômico e Social na República Popular de Moçambique, 1975-85*. Lisboa, UTL, ISEG. 1991.

XI Congresso Brasileiro
de História Econômica

14 a 16 de setembro de 2015 | Vitória/ES

12^a Conferência Internacional
de História de Empresas



SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.